

SEGATTO, José Antonio. *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.

OS DESCAMINHOS DA REVOLUÇÃO BRASILEIRA

Dainis Karepovs

Universidade de São Paulo

Originalmente tese de doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, *Reforma e revolução* é daquelas obras cuja publicação o chamado mercado editorial tem tornado cada vez mais escassas. Talvez porque parte significativa de tal mercado tenha dado crédito a determinados vaticínios e adotado a tese do fim da história. Causas à parte, no entanto, o fato é que a história política de modo geral e a do Brasil especificamente têm, nestes últimos anos, escasseado nas prateleiras das livrarias e listas de lançamentos (é evidente, não se inclui aqui a produção praticada particularmente por jornalistas, que em geral toma ora o caráter hagiográfico, ora o de inócuo denunciismo aético, ou ainda o de busca de informações “picantes”, faltando-lhe, portanto, os mínimos quesitos de seriedade). Não têm faltado, é verdade, embora em grande parte maculadas por este “jornalismo” que mencionamos, obras de um certo tipo de “história política” sobre um período muito próximo. Mas, no máximo, dedicam-se apenas a fazer a “história” do que se poderia chamar de “período fundante da era moderna e globalizada”, fazendo dos temas e problemáticas anteriores coisa ultrapassada, “pré-histórica”. No que se refere à história dos grupamentos políticos de esquerda ou sobre os trabalhadores, tal fenômeno agrava-se vertiginosamente, tanto na abordagem¹ como na escassez editorial. Frente a tal contexto, o aparecimento de *Reforma e revolução* deve, desse modo, ser saudado com entusiasmo.

José Antonio Segatto analisa o projeto e a ação sóciopolítica do Partido Comunista do Brasil (nome que foi modificado em 1962 para Partido Comunista Brasileiro) no decênio 1954-1964. Embora ilegal, este foi, sobretudo depois de 1958, o momento de maior força e importância do PCB na sociedade brasileira, seja no campo político-partidário, no sindical urbano e rural, no estudantil, no intelectual etc., permitindo com que ele fizesse, como afirma Segatto, um exercício de hegemonia. Com esta obra, o autor estuda esse rico período de nossa história, dando uma relevante contribuição à bibliografia sobre a esquerda brasileira.

Seu trabalho começa a partir da conjuntura histórica iniciada com o suicídio do presidente Getúlio Vargas, que marca o ponto de partida da revisão da linha política do PCB. Até ali, os comunistas vinham adotando uma linha insurrecional, consagrada no “Manifesto de Agosto de 1950”, que propunha a libertação do Brasil (uma ditadura feudal burguesa) do jugo imperialista, por meio da criação de um “exército popular de libertação nacional” — uma evocação da experiência chinesa, tão cara aos esquemas de revolução de Stalin para os chamados “países semicoloniais”. Pressionados pelos acontecimentos que sucederam ao suicídio, o PCB ensaia tímidas mudanças, que serão consagradas parcialmente nas resoluções do seu IV Congresso (agosto de 1954), mas que só vão tomar relevância após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), especialmente com o “relatório secreto” de Krushev, que denunciou parte dos crimes cometidos por Stalin. Tais revelações explodem dentro de todos os PCs do planeta, convulsionando o chamado movimento comunista internacional.

No Brasil, apesar de tentativas de protelação, o debate iniciou-se em outubro de 1956, varrendo o partido de alto a baixo. Formam-se, basicamente, três correntes: a *renovadora* — que criticava o dogmatismo, o mandonismo, as análises e a política do PCB e o “internacionalismo proletário” do PCUS —, a *conservadora* e o chamado *centro pragmático* — que criticava cautelosamente o stalinismo e dava apoio aos debates internos, desde que sob controle. É evidente que esta última, acomodando posições das outras duas correntes, foi a

¹ Um exemplo disto no campo da história da esquerda é WAACK, 1993.

vitoriosa, mas sem dúvida, pode-se dizer que este debate foi algo jamais ocorrido e repetido na história do PCB². As outras duas correntes, também seria desnecessário dizê-lo, acabaram expulsas, a renovadora durante os debates e a conservadora algum tempo depois, esta dando origem ao Partido Comunista do Brasil (PC do B). O debate, aliado à experiência vivida desde os acontecimentos de agosto de 1954, fez com que o PCB passasse a fazer diferenciações entre as várias forças políticas, tivesse como meta a construção de uma frente única, nacionalista e democrática, e valorizasse as liberdades democráticas. Perpassando estes vários pontos está um fenômeno para o qual os comunistas passaram a dar uma especial atenção e que já vinha se desenvolvendo desde o segundo governo Vargas: o nacionalismo, que atraía para si significativos setores populares e da burguesia nacional (com um interregno de 1948-1956, esta política de aproximação com a chamada burguesia nacional vem de longa data, desde os tempos da III Internacional, embora o autor date erroneamente de 1943, já que o correto seria desde fins de 1937, quando se passou a considerar a burguesia nacional “força motriz da revolução brasileira”³). Enfim, essa nova postura será consagrada na “Declaração de março de 1958” e ratificada no V Congresso, de 1960.

Apesar desta mudança de percepção, que recebeu o nome de “nova política”, Segatto, chamando-a de renovação conservadora, deixa claro que ela tinha muitos limites, sobretudo aqueles oriundos da herança política stalinista, que via o processo revolucionário como uma sucessão de etapas: “De extração terceiro-internacionalista, informada pelo ‘marxismo-leninismo’ e calcada na concepção de etapas e da hierarquia das contradições [principal, fundamental, secundária], a teoria da revolução pecebista continha também as noções [militares] de tática e estratégia. Definida a estratégia [equivalente de etapa] como antiimperialista e anti-feudal, nacional e democrática, à tática cabia a definição da organização das lutas e da intervenção política momentânea [‘soluções positivas’] — a tática incluía também a luta pela instauração de um governo nacionalista e democrático, passível de ser conquistado nos ‘marcos do regime vigente’. Paralelamente, a superação da contradição principal [entre a nação e o imperialismo e seus aliados internos] e fundamental [entre o monopólio da terra e o desenvolvimento das forças produtivas], permitiria a realização de uma revolução ‘democrático-burguesa de novo tipo’. Esta, por sua vez, seria um empreendimento a ser executado por uma frente única nacionalista e democrática [composta pelo proletariado, trabalhadores rurais, pequena-burguesia, burguesia nacional], na qual a classe operária, organizada e dirigida pela sua vanguarda [o partido], deveria deter a hegemonia. Efetuada esta etapa, possível pela ‘via pacífica’ — de ‘aproximação às metas revolucionárias’ — o caminho do socialismo estaria aberto; impunha-se avaliar se era conveniente ou não ativar ou moderar o processo em direção à ruptura final, à tomada do poder estatal, através de uma intervenção súbita” (SEGATTO, 1995: 207-208).

Se esta “nova política” chegou a ser eficaz e funcional durante a segunda metade do governo de Juscelino Kubitschek, no governo de João Goulart as coisas desandaram. Ao mesmo tempo em que, para combater o que acreditavam ser “conciliação e concessões de seu aliado vacilante”, mantiveram uma relação quase permanente de atrito com Goulart, os comunistas passaram a ter uma “avaliação extremamente otimista ou até mesmo baluartista sobre os ‘avanços da mobilização popular’ e da capacidade de pressão do ‘movimento de massas’” (SEGATTO, 1995: 155). Este baluartismo acabou tendo trágicas consequências, pois o PCB e os segmentos sociais por ele influenciados foram incapazes de aquilatar a real dimensão das forças que deram o golpe militar de março de 1964.

E aqui o autor chama a atenção para uma mudança capital. Os comunistas deixaram de lado o caminho das conquistas parciais e graduais e voltam a adotar o das soluções radicais e repentinas com a incorporação da plataforma trabalhista das “reformas de base”. Segatto apresenta duas razões que intervêm aqui para explicar tal alteração. A primeira, uma velha conhecida, o “*putschismo*” de extração tenentista combinado com o viés insurrecional da III Internacional. Na primeira metade dos anos 60, escorada na crença da existência de uma situação pré-revolucionária, ele volta sob a forma de participação nas conspirações palacianas para a manutenção de Goulart na Presidência sob o amparo de que se chamava de “dispositivo militar”, o qual seria capaz não apenas de barrar alguma reação, como de desencadear o processo de reformas. A segunda, e extremamente instigante, e retomada de Luiz Werneck Vianna, é a da adaptação, pela convivência no aparelho

² Embora Segatto consiga fazer uma boa síntese dos debates, já que não são eles o tema central de seu trabalho, é imprescindível para aprofundar-se no tema a leitura de SANTOS, 1988.

³ Para um exame do surgimento dessa política de aproximação com a burguesia nacional ver KAREPOVS, 1995.

de Estado, a determinadas posturas de certa direita, que vale aqui citar: “A base do entendimento de que o capitalismo de Estado se erigia num dique à penetração imperialista, a política do PCB acabou por imprimir uma conotação progressista na natureza congenitamente autoritária do Estado brasileiro [...]. Pelo privilegiamento do Estado, cenário natural para as lutas da frente única nacionalista, a esquerda vai se encontrar em convergência, freqüentemente como aliada formal, da velha direita da tradição republicana autocrática, cuja melhor expressão está na elite política responsável pelo regime do Estado Novo. A lógica da frente nacionalista que presidiu seu encontro com estas forças — e no território por excelência próprio a elas: o Estado — vai comprometê-la progressivamente com certas práticas e instituições, com o corporativismo, o desdém pela democracia política como um formalismo de liberais, o viés organicista da burocracia estatal e o anti-liberalismo da cultura política de 1937, preservado de modo encapuçado na Carta de 1946” (VIANNA, 1986: 172 e 177 *apud* SEGATTO, 1995: 214-215).

Isto leva Segatto a concluir que o golpe militar de 1964 significou a derrota definitiva do projeto de revolução democrática-burguesa do PCB, que recebeu seu golpe de misericórdia com o desmoronamento do chamado “socialismo real”.

Esse trabalho de Segatto dá uma sólida base a que futuros pesquisadores, desejosos de ampliar os horizontes aqui descortinados, possam se dedicar ao tema. Certamente uma dessas indagações se dará a respeito do que significou 1964. Se foi apenas a derrota de um determinado projeto político, que poderia ter sido atualizado ou revisto, ou se foi o marco, como ocorrera com os anarquistas após as greves de 1917-1921, do fim da experiência das massas com o comunismo? Desde a sua legalidade, em 1985, o PCB jamais conseguiu empolgar amplos setores da sociedade, vendo-se que estes têm dirigido sua atenção sobretudo ao Partido dos Trabalhadores, que desde seu surgimento fez questão de deixar claras suas críticas e diferenças com os comunistas.

Por fim, é importante colocar uma questão que merecia ser tratada com mais profundidade em *Reforma e revolução* e não apenas vagamente referenciada: o “internacionalismo proletário”. Ou, dito de outra forma, a relação entre a política externa da URSS e as políticas dos vários PCs além das fronteiras das chamadas repúblicas populares. Desde os tempos da Internacional Comunista, quando, sob a égide Stalin, ela passou a ser cognominada de “guarda-fronteiras” da URSS, passando, já nos tempos de “guerra fria”, pela *Kominform*, até a era Krushev, o “internacionalismo proletário” significava adesão e devoção incondicional ao PCUS, ao seu secretário geral e à URSS. Ou como afirmava Prestes poucos meses antes do XX Congresso do PCUS: “O Partido Comunista do Brasil, organizador de todas as grandes lutas do povo pela paz, as liberdades e a independência nacional, guia-se em sua atividade pela imortal doutrina de Marx, Engels, Lênin e Stalin. Aprende de maneira incansável e com espírito criador nas experiências de seu mestre, o Partido Comunista da União Soviética. A luta contínua pela assimilação e aplicação do marxismo-leninismo e a luta contra a influência da pequena-burguesia em suas fileiras, mostram claramente que o Partido Comunista da União Soviética tem sido sempre o exemplo, e a sua experiência o apoio mais firme para o nosso Partido” (PRESTES, 1955: 25).

Muitas das posições dos PCs, inclusive a do brasileiro, podem ser melhor compreendidas através desta relação. Assim, por exemplo, basta comparar alguns dos pontos disseminados pela *Kominform* (que, não por acaso, como lembra Annie Kriegel (1970)⁴, foi dissolvida em abril de 1956) e os que começaram a ser defendidos em escala internacional pelo PCUS após o XX Congresso (guerra fria *versus* coexistência pacífica; “culto à personalidade” *versus* princípio leninista da direção coletiva; frente única pela base *versus* frente popular etc. (MARCOU, 1978: 160-161)) e observá-los transpostos para solo brasileiro para percebermos algumas dessas conexões. Do mesmo modo, podemos indagar se a exacerbação no confronto soviético-americano (fechamento de Berlim, mísseis em Cuba etc.) pode ter tido alguma influência no processo de radicalização do PCB no fim do governo Goulart. Segatto chega a admitir, através de Caio Prado Júnior, que a teoria marxista da revolução brasileira foi elaborada com base em conceitos apriorísticos e inadequados aos fatos, nos quais se buscava encaixar tais conceitos, fazendo a política do PCB oscilar entre o sectarismo e o oportunismo, mas não vai além. Enfim, esta relação entre os PCs sempre foi extremamente relevante para que

⁴ Kriegel afirma que se “as exigências de condução da guerra impulsionaram Stalin a dissolver a *Komintern*, do mesmo modo as exigências de condução da paz obrigaram Krushev então a dissolver a *Kominform*” (KRIEGL, 1970: 192).

pudesse ser relegada a um segundo plano no campo do estudo dos partidos comunistas e foi algo que se poderia esperar encontrar em *Reforma e revolução*.

Por último, mas não menos importante, é preciso lamentar com veemência o descuido com que foi feita a revisão do livro.

Dainis Karepovs é Mestre e Doutorando em História pela USP (Universidade de São Paulo).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KAREPOVS, Dainis. (1995). *Nos subterrâneos da luta (um estudo sobre a cisão no PCB em 1937-1938)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FFLCH-USP, digit.

KRIEGEL, Annie. (1970). *Les communistes français*. Paris, Seuil.

MARCOU, Lilly. (1978). *La Kominform*. Madrid, Villalar.

PRESTES, Luiz Carlos. (1955). “O estudo, assimilação e aplicação da experiência do Partido Comunista da União Soviética, base dos êxitos do Partido Comunista do Brasil”. *Problemas*. Rio de Janeiro, 71: 24-29, nov./dez.

SANTOS, Raimundo. (1988). *A primeira renovação pecebista. Reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB*. Belo Horizonte, Oficina de Livros.

SEGATTO, José Antonio. (1995). *Reforma e revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954-1964)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

VIANNA, Luiz Werneck. (1986). *Travessia: da abertura à constituinte*. Rio de Janeiro, Taurus.

WAACK, William. (1993). *Camaradas*. São Paulo, Companhia das Letras.

* * *